

MUDANÇAS NOS PADRÕES DE SOCIABILIDADE E DIVERSÃO:

O jogo da bola no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)

Changes in the sociability and leisure patterns: The ball game in Rio de Janeiro (18th and 19th centuries)

Victor Andrade de
MELO

Universidade Federal do Rio
de Janeiro (UFRJ)

victor.a.melo@uol.com.br

RESUMO

Neste artigo, objetivou-se discutir a presença social do jogo da bola, no Rio de Janeiro, entre os anos 1760 e 1850, argumentando que o tema nos permite lançar um olhar sobre as mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão da cidade que foi assumindo a condição de capital. O recorte temporal considera o momento em que o jogo da bola se apresentou melhor estruturado e a década em que apareceu reconfigurado, antes de reduzir-se sua popularidade até deixar de ser praticado no formato original. Para alcance do objetivo, como fontes, foram utilizados documentos diversos, bem como periódicos publicados na cidade no século XIX.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Lazer; Jogo da bola.

ABSTRACT

This article aims to discuss the social presence of the ball game in Rio de Janeiro, between 1760's and 1850's, arguing that the subject allows us to cast a glance at the changes in the patterns of sociability and leisure in the city. The research frame considers the period that the game ball performed better structured and the decade that appeared reconfigured, before reducing its popularity until it was not more practiced in its original format. To reach the goal, as sources have been used several documents and newspapers and magazines published in the city in the nineteenth century.

Keywords: Rio de Janeiro; Leisure; Ball game.

Introdução

 Morro da Conceição é um pitoresco sítio do Rio de Janeiro. Localizado na região central, trata-se de um dos mais antigos locais da cidade. Remonta aos tempos da fundação, em conjunto com os Morros do Castelo, de São Bento e de Santo Antônio. Vários foram os seus perfis de ocupação, mantendo-se até os dias atuais importantes marcas de períodos remotos.

Recentemente, o espaço foi “redescoberto”. Primeiro, por um setor da classe média que veio se aproximando da, na ocasião, “degradada” região central – o que, de um lado, significou o incremento de iniciativas de recuperação do patrimônio histórico e da dinâmica local, e, de outro, um processo de gentrificação que tem ocasionado tensões diversas. Essas contradições se acentuaram com as intervenções urbanas, nos últimos anos, promovidas pelo poder público – um grande projeto de reurbanização, chamando-se mais a atenção para a peculiaridade da área, especialmente do Morro da Conceição.

Uma das curiosidades que veio à tona foi o nome dos logradouros da região, um indício de um tempo em que tal denominação se dava mais em função de alguma característica do local do que pelo desejo (ou obrigação) de homenagear alguém. Uma das mais comentadas é uma longa via que cruza o Morro, a Rua do Jogo da Bola.

Surpreenderia a alguns saber que em outras cidades do Brasil há ou houve logradouros similares. Em São Paulo, Rua do Jogo da Bola era o antigo nome da atual Rua Benjamin Constant. Em Curitiba, era a denominação da Alameda Doutor Muricy. Em Porto Alegre, fora dessa forma conhecida a Rua do Cotovelo. Diamantina até hoje tem uma via assim nomeada.

Vejamos este pequeno trecho de *A Escrava Isaura*, romance de Bernardo Guimarães (1875, p. 52) “– Sem mais nem menos; deu no vinte, atalhou Martinho, e chamando-os para junto da porta: – Agora venham cá”.¹ Muitos anos depois, o dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho (1970, p. 77), em *Rasga Coração* – peça escrita na década de 1970, inseriu a seguinte fala: “– As cinzas estão se espalhando pela América Latina toda! Deu no vinte!”.²

Os extratos das duas obras separadas por quase 100 anos têm uma expressão em comum, que foi muito usual em algumas cidades brasileiras. Como nos informa Câmara Cascudo (1968, p. 163), “deu no vinte!”, usada como sinônimo de vitória indiscutível, “é uma reminiscência do muitas vezes centenário jogo da bola”. A vulgarização do uso do termo é outro indício de que a prática teve certa relevância em alguns cenários.

Tendo em conta essas evidências, neste artigo, objetivou-se discutir a presença social do jogo da bola no Rio de Janeiro, entre os anos 1760 e 1850, argumentando que o tema nos permite lançar um olhar sobre as mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão da cidade que foi assumindo a condição de capital (do Estado do Brasil, do Vice-Reinado, do Império Português, do Reino do Brasil e do país independente).

O recorte temporal considera o momento em que o jogo da bola se apresentou melhor estruturado e a década em que apareceu reconfigurado, antes de reduzir-se sua popularidade até deixar de ser praticado no formato original. Para alcance do objetivo, como fontes foram utilizados documentos diversos (escrituras de vendas e arrendamentos, testamentos, pedidos de licença, solicitações de arruamento, legislação, entre outros), bem como periódicos publicados na cidade no século XIX.

Deve-se ter em conta algumas ressalvas. O tema já chamou a atenção de alguns autores. Adolfo Morales de los Rios Filho (2000) sugere que, junto com as brigas de galos, era das mais populares diversões de seu tempo. Para Vieira Fazenda (1921a, p. 152), a prática era a única que competia com a Ópera, com a diferença de que eram “os jogos da bola frequentados pela arraia miúda”. Santos (1825) e Gonçalves (2004) também dedicaram à modalidade algumas linhas. Essas abordagens, contudo, tratam o assunto de forma esparsa e superficial, além de apresentarem problemas de precisão, equívocos no que tange aos locais e à dinâmica da prática.

Não é, de fato, fácil encontrar registros sobre o jogo da bola. Até mesmo por isso e porque o tema foi abordado de forma limitada, resolvemos dedicar um bom espaço inicial para mapear sua presença no espaço urbano. A propósito, devemos, nesta introdução, dizer do que se tratava a modalidade.

Práticas com pelotas existem há séculos. No decorrer da história, jogou-se com ou sem implementos (tacos, por exemplo), coletiva ou individualmente, com bolas de diferentes formatos e materiais, adotando-se as mais diversas regras (SERRA; VEIGA, 1986; RIBEIRO, 1993). A modalidade que, no Rio de Janeiro, chegou, vinda da Península Ibérica, conhecida como jogo da bola de pau, guardava semelhanças com o boliche. Uma pelota de madeira era atirada, por uma pista de terra ou tábua, para derrubar pinos que tinham diferentes pontuações. Em muitas ocasiões, havia ao redor estabelecimentos de vendas de bebidas e comidas (botequins, tabernas, armazéns, casas de pasto). Era comum a existência de apostas entre os jogadores e entre o público.³

Em Portugal, por vezes, foi um empreendimento de igrejas, que aproveitaram essas ocasiões festivas, em muitos casos promovidas depois de missas, para arrecadar recursos. Da mesma forma, entidades assistenciais, como a Casa Pia e a Santa Casa de Misericórdia, foram beneficiadas com a cobrança de licenças para os estabelecimentos do jogo (DINIZ, 1877; MAGALHÃES; ALÇADA; FERNANDES, 2011).

Esse era um arranjo curioso, já que havia nas Ordenações Filipinas proibições à prática, no livro 5, título 82, “Dos que jogam dados ou cartas ou as fazem ou vendem ou dão tabolagem, e de outros jogos defesos”.⁴ Um dos itens, inclusive, determinava que “qualquer pessoa que ao domingo, ou dia de festa, que a igreja manda guardar, antes da missa do dia, jogar a bola, pagará quinhentos réis para quem o acusar”. Mais ainda, estabelecia que “na mesma pena incorrerá qualquer oficial mecânico, ou homem de trabalho, que na Corte ou na cidade de Lisboa, jogar a bola pela semana em qualquer dia que não seja de guarda”.

A prática causava preocupações em função dos constantes tumultos que haviam, normalmente relacionados às apostas. Diversas foram as tentativas de normatizá-la, até mesmo essas citadas que, em boa medida, feriam a legislação. Isso é mais um indício de o quanto o jogo da bola, em Portugal, foi muito apreciado por gente de diferentes estratos sociais – especialmente no Funchal, na Guarda e em Mafra.⁵

No Rio de Janeiro, vejamos o que teria a nos informar sobre o espírito de um tempo no qual também foi popular.

Conformações do jogo da bola numa cidade em mudança

Desde o século XVII, em função do forjar de uma nova vocação econômica, o Rio de Janeiro foi assumindo uma condição de centralidade no império português (BICALHO, 2011). Dado o aumento de sua importância, em razão tanto da descoberta de metais preciosos nas Minas Gerais quanto da necessidade de melhorar a segurança da região sul da colônia, a cidade se tornou a capital do Estado do Brasil, em 1763 e, do Vice-Reinado, em 1775.

Impactos desse processo são sentidos na malha urbana, especialmente na administração de Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790), que deu sequência a importantes iniciativas de seu antecessor, Luís de Almeida Mascarenhas, Marquês do Lavradio (1769-1778). Deve-se considerar que os Vice-Reis possuíam forte ligação com as ideias ilustradas que, em Portugal, difundiram-se no reinado de D. José I (1750-1777), processo notável nas ações de seu secretário de Estado, o Marquês de Pombal (FALCON, 2015).

Um indicador dessa vinculação foi a construção do Passeio Público, dirigida pelo Mestre Valentim, inspirada em similares que já existiam na Europa (SEGAWA, 1996). O parque foi uma das marcas da maior circulação de noções de civilização e progresso. Inaugurado em 1783, logo se tornou uma das mais procuradas alternativas de diversão da cidade, junto com a Casa da Ópera.

Nas décadas finais do século XVIII, ainda que houvesse limitações impostas pela condição colonial, o Rio de Janeiro já apresentava uma vida pública mais dinâmica, inclusive no que tange aos entretenimentos. Era notável um maior trânsito de manifestações artísticas, no âmbito da literatura, música, artes plásticas, artes cênicas em geral.⁶ Já se delineava o costume de divertir-se na natureza (DIAS, 2013). Festas e botequins eram opções mais vulgarizadas (KANTOR, 2008; SANTOS, 2015). Além disso, havia uma série de diversões domésticas que animavam o cotidiano da população (PRIORE, 2010).

Estamos, portanto, mais alinhados com os que discordam da ideia de que era apática a vida citadina no Rio de Janeiro do século XVIII. Como sugere Cavalcanti (2004, p. 339), comentando a dinâmica social como um todo, naquele fim de centúria, “os eventos coletivos voltados à alegria ou tristeza, apresentavam-se como uma oportunidade de os moradores transformarem momentaneamente a cidade, como num passe de mágica, em grande ce-

nário para as suas manifestações culturais e artísticas”.

Esse dinamismo tinha relação com o fortalecimento e diversificação da economia (FRAGOSO, 1998; SAMPAIO, 2015), ainda que houvesse restrições por parte da metrópole no que tange aos gastos com luxos (CAVALCANTI, 2004), e com as novas configurações do espaço urbano, mesmo que persistissem severas deficiências, inclusive no que tange à segurança pública.

Num primeiro momento, o Rio de Janeiro se expandiu do Morro do Castelo, seguindo a linha do litoral, em direção tanto do Morro de São Bento quanto do Morro da Glória. Posteriormente, a cidade se espraiou para o interior, no sentido do aterro de uma região antes tomada pelo Saco de São Diogo. Importantes intervenções foram executadas na administração de José Luís de Castro, o Conde de Resende, Vice-Rei entre 1790 e 1801, governante que dedicou grande atenção à reformulação urbana, inclusive no tocante à melhoria das condições de higiene e salubridade.

A antiga Várzea da Cidade passou a ser conhecida como Campo de São Domingos em função de uma capela dedicada ao santo, substituída, em 1791, por um templo de maior porte. Uma área dessa longa extensão de terra se autonomizou com a construção de casas e ruas, chamada de Campo de Santana em função de uma igreja dedicada à santa, erigida em 1735. Da mesma forma, outro núcleo urbano se desenvolveu ao redor da Igreja da Lampadosa, erguida, ainda como uma capela, em 1748. Essa zona recebeu vários nomes, sendo, desde 1890, oficialmente denominada como Praça Tiradentes.

Se, de início, a região fora ocupada por uma população marginalizada, paulatinamente setores das elites e dos estratos médios passaram a por lá habitar. Na transição dos séculos XVIII e XIX, mais ainda a partir da década de 1810, esses logradouros sediaram relevantes acontecimentos da história nacional. Nesses espaços, importantes festividades foram promovidas, bem como se instalaram diversas atividades de entretenimento.

Nas redondezas, na Rua do Hospício – atual Rua Buenos Aires, encontrava um dos mais conhecidos estabelecimentos a oferecer o jogo da bola na cidade. Na documentação pública, era utilizado como uma referência, como era comum, na ocasião, com os sítios mais notáveis. Um exemplo é o auto concedido a Manoel José da Souza, em junho de 1805, para arruar “seis braças de terreno nos fundos do Jogo da Bola, fazendo frente para a Casa dos Pássaros” (MORÃES FILHO, 1895, p. 628).

Por essa descrição, podemos perceber que o estabelecimento ficava próximo da esquina com a Rua do Sacramento, atual Avenida Passos, no quarteirão da Rua da Conceição e Senhor dos Passos.⁷ A ter em conta uma autorização de arruação concedida a Francisco de Souza, em 1800, vemos que o empreendimento pode ter pertencido a um certo personagem: “quatro braças de terreno para casas térreas, duas com frente para o Jogo da Bola do falecido Bento Esteves” (MORÃES FILHO, 1895, p. 314).

Trata-se de Bento Esteves de Araújo, comerciante que se tornou conhecido, entre

outras coisas, por mandar sua esposa, Ana da Cruz, para o Convento de Nossa Senhora da Ajuda, por suspeita de traição (PRIORE, 2005). Por uma petição que ela enviou à rainha de Portugal, solicitando ser autorizada a voltar a seu lar, podemos saber que o personagem morreu antes de 1784, data da missiva.⁸ Assim sendo, só pode ter sido proprietário do Jogo da Bola, pelo menos 16 anos antes do informado na autorização de aruação. O seu envolvimento com a modalidade, tão apontado por memorialistas, merece maior debate.

É de 1764 a primeira referência que encontramos sobre a presença da prática naquela região, uma "escritura de venda da metade de uma chácara de jogo da bola que faz Francisco de Almeida Lisboa, que vive de sua casa de jogo, morador na Rua do Hospício, saindo ao campo, a Manoel Machado de Borges".⁹ É possível perceber que a modalidade era oferecida antes de com ela se envolver Bento Esteves.

Em uma escritura de 1774, ficamos a saber que possuíam, na Rua do Hospício, casas de jogos o Capitão José Álvares do Couto Saraiva e Domingos Rabelo Leite¹⁰ (comerciantes e personagens de certa importância na colônia). Os estabelecimentos não eram, aparentemente, dedicados à bola, mas sugerem que era mesmo movimentado aquele logradouro.

O nome de Bento Esteves Araújo somente aparece em 1778. Manoel Machado Borges, que manteve o Jogo da Bola, por ocasião de seu falecimento, junto com casas e uma chácara, o deixou como herança a Manoel da Silva Correa e Luiza da Conceição Ferreira que, por sua vez, venderam os bens a João Vieira Borges (comerciante, dono de tabernas e armazéns). A Chácara de Bento Esteves é citada por fazer fronteira com essa propriedade.¹¹

Somente em 1792, aparece na documentação uma referência ao "Jogo da Bola de Bento Esteves" (numa escritura de vendas de benfeitorias de casas).¹² Nesse mesmo ano, o padre Manoel Esteves de Araújo, administrador do espólio do antigo proprietário em nome do Convento da Ajuda enquanto Ana da Cruz estava por lá recolhida, arrendou a chácara, inclusive com o estabelecimento da prática, para Manoel Leal.¹³

Bento, portanto, tornou-se proprietário de um estabelecimento em algum momento entre 1778, quando ainda não fora citado como tal, e 1784, quando já havia falecido. Mesmo com a sua morte, a casa seguiu ativa. Mais ainda, conseguimos confirmar em uma documentação de 1806 que, além da "chácara do Jogo da Bola, que foi do falecido Bento Esteves de Araújo", havia, na propriedade ao lado, o "Jogo da Bola de João Vieira Borges".¹⁴ De fato, é possível perceber que muitos personagens estiveram envolvidos com a dinamização dos espaços da modalidade, um sinal de que havia certa mobilização ao seu redor.

Na "Escritura de secção, e trespasse dos rendimentos das casas, chácara, e Jogo de Bola que faz João de Melo Quintanilha a Luiz Pereira Lessa, quitação e obrigação",¹⁵ documento de 17 de agosto de 1803, o primeiro informou que vendia os bens situados na "Rua detrás do Hospício", que tinha recebido por herança de Jerônimo Pinto de Madureira que, por sua vez, o adquirira de Manoel da Costa Silva.¹⁶

Em 1805, comprou essa chácara "Francisco de Mota Pacheco, morador na rua da

Candelária, que vive de seu armazém de molhados – com Jogo da Bola, sitos na rua detrás do Hospício”.¹⁷ Mais do que citar um novo personagem, trata-se de uma referência explícita de algo que detectamos parcialmente em outras ocasiões: os estabelecimentos da prática sempre tinham alguma estrutura de bebidas e alimentação, sendo em muitos casos, na verdade, mais uma atração oferecida por botequins, tabernas e armazéns.

Vejamos que, no Almanaque da Cidade de 1792 e 1794,¹⁸ bem como no de 1799¹⁹ e de 1811,²⁰ não encontramos referências a casas de jogos, mesmo que elas, de fato, existissem. É possível que, nesse caso, os Jogos da Bola tenham sido considerados como tabernas, armazéns ou casas de pasto. A indicação de estabelecimentos de jogos somente se tornou mais comum na documentação da intendência de polícia, a partir de 1808 (ALGRANTI, 2011). É provável que especificamente a partir desse momento assim tenham sido enquadrados os espaços dedicados à prática. De toda maneira, trata-se, naquele momento, de uma relação aparentemente inextricável (Jogo da Bola-venda de bebidas).

A grande movimentação ocasionada pela modalidade, naquela região, deixou registros por anos. Algumas denominações permanecem mesmo na memória da cidade, passando de geração para geração. Um exemplo interessante podemos ver numa notícia sobre o mau estado das calçadas, publicada no Correio da Tarde, em novembro de 1859. Em determinado momento, criticou-se a “Rua do Hospício, no quarteirão do jogo da bola”, ainda que os estabelecimentos já não existissem há um bom tempo.²¹

Houve outros espaços dedicados à modalidade no século XVIII. Por uma escritura de venda de edificações,²² é possível perceber que, antes mesmo de 1759, já existia um Jogo da Bola no Beco dos Cachorros, logradouro situado em terras que pertenciam, desde o século XVI, aos beneditinos, na borda do Morro de São Bento.²³ O estabelecimento foi instalado num terreno da congregação; não dificilmente, como ocorria em Portugal, os religiosos recebiam algo do empreendimento, para além do aluguel.

Em 1782, os beneditinos arrendaram o terreno a Joaquim Rodrigues de Oliveira. Junto se cedeu os “pertences de um jogo da bola”.²⁴ Tudo fora subtraído de João Rocha da Lima, por não ter pagado os foros. Três personagens auxiliaram na reorganização do espaço: João Frutuoso Monteiro, Paulo Lourenço e nosso já conhecido Bento Esteves de Araújo.²⁵

Outro importante estabelecimento foi o já citado na introdução, localizado no Morro da Conceição. Em 1792, encontramos a primeira evidência de que existia por lá a Rua do Jogo da Bola.²⁶ Curiosamente, há muitas referências ao logradouro, mas poucas à casa da modalidade. O mesmo se passa com outra que havia na região da Praia de Santa Luzia. Segundo informa Vieira Fazenda (1921b), situava-se quase em frente à Igreja, numa área mais larga de areia que inundava facilmente com uma maré mais alta.

Na verdade, há evidências de que existiram estabelecimentos anteriores. Podemos ver um indício no testamento de João Gomes Barros, que faleceu em junho de 1738, declarando que possuía, numa “chacrinha em Nossa Senhora da Ajuda”,²⁷ entre outras coisas,

uma casa de jogo com:

uma mesa de bilhar com todos os seus aprestos necessários, cinco mesas de divertimento de cartas, uma com sua gaveta, e outra com duas com sua chave, um tabuleiro com suas tabelas, e outro sem elas, vários bancos pequenos, e grandes, dez tamboretas de pau, um de couro, e uma cadeira velha, dois jogos de bola grande, e dois de laranjinha com seus aprestos necessários, e assentos aonde entra um taboão novo.²⁸

A documentação guarda outras surpresas. Vejamos a escritura de venda de chãos, de 7 de março de 1674, "que fazem Matias Gonçalves e sua mulher Maria Pereira ao Padre João Pereira, clérigo de São Pedro – com cinco braças de testada e 10 de fundos, sitos na rua que vai das casas que foram do Padre Pedro Homem para o Parto, os quais chãos estão defronte do jogo da bola".²⁹

Uma referência a esse espaço de novo se identifica em 1686: "O fiador hipoteca uma morada de casas de pedra e barro, sita na rua do Jogo da Bola, que partem de uma banda com Dona Ana(?) de Ataíde e da outra com chãos de Alonso da Gaia".³⁰ Citações desse logradouro, não o mesmo do Morro da Conceição, podem ser encontradas em outros documentos do século XVII.

Cruzando essas informações com dados de escrituras de 1704,³¹ 1711³² e 1724,³³ sugerimos que o estabelecimento se encontrava nas redondezas da Rua Licenciado Antonio Carneiro, depois conhecida como Rua de São Pedro, em função da igreja de mesmo nome,³⁴ e da Rua dos Ourives (atual Rua Miguel Couto). Estava próximo, portanto, da casa do Beco dos Cachorros. De toda forma, é importante registrar que a prática é mais antiga na cidade do que aponta a literatura que tratou do tema.

Até mesmo pelo número de estabelecimentos, parece claro que a modalidade teve boa difusão na cidade, especialmente nas últimas décadas do século XVIII e iniciais do XIX, inserida no cenário de crescimento das opções de diversão pública. Assim sugeriu Joaquim Manuel de Macedo (2005, p. 258) em Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro, lançado entre 1862 e 1863: "Os Jogos da Bola eram lugares de numerosa e alegre reunião. Conclui-se disso que, no século passado, jogava-se muito a bola na cidade do Rio de Janeiro".

FIGURA 1



Legenda: No mapa de 1858,³⁵ vemos circundados os locais aproximados de estabelecimentos que ofereciam o jogo da bola. Em vermelho, a Rua do Jogo da Bola. Em azul, o Beco dos Cachorros. Em marrom, a Rua de Bragança.³⁶ Em lilás, a Rua dos Ourives com São Pedro. Em verde, a Rua do Hospício. Em laranja, a Praia de Santa Luzia. A linha azul indica uma possibilidade de localização do estabelecimento da Chácara de Nossa Senhora da Ajuda. A estrela vermelha indica o Campo de Santana, a lilás a atual Praça Tiradentes, a verde o Morro do Castelo, a rosa o Morro de Santo Antônio e a laranja o Passeio Público.

As poucas evidências que há sobre seu funcionamento indicam que os estabelecimentos possuíam um perfil mais popular, o que atraiu a atenção de autoridades governamentais. Gonçalves (2004, p. 198) sugere que, em 1790, “oficializou-se esse jogo, que passou a ter severa fiscalização policial e regras para a sua prática, em defesa à pessoa física

dos jogadores. Não se realizava jogo sem prévia licença do Senado da Câmara e sem que houvesse campo apropriado”.

Não encontramos indícios das ações desencadeadas por essa decisão, mas sabemos que tinham em conta os constantes distúrbios que ocorriam nas partidas, boa parte ocasionados por polêmicas com as apostas. Além disso, a comum oferta de bebidas alcoólicas contribuía para que os Jogos da Bola se tornassem suspeitos (AVELAR, 2010).

Esses conflitos incomodavam uma parte da população, e ainda mais os dirigentes da cidade, não só porque transtornavam a ordem pública como também porque maculavam a ideia de valorização de práticas civilizadas que começou a melhor se delinear na transição de séculos. O crescimento dos entretenimentos, notadamente os mais populares, desencadeou esse tipo de apreensões e o aumento de iniciativas de controle, também manifestas em espaços de dança e casas de jogos (PRIORE, 2000).

As ações de disciplinamento do espaço urbano, a propósito, acentuaram-se a partir da chegada da família real, inclusive em função da maior intensidade da dinâmica social e da indicação mais explícita de que a sociedade fluminense deveria expressar um alto padrão civilizatório, em razão da presença dos monarcas e de o Rio de Janeiro ter se tornado sede do Império (SILVA, 2011; SCHWARCZ, 2011). Como sugere Gouvêa (2012 p. 25), “a ordem pública e o bem comum se constituíram em temas inter-relacionados e de grande peso no contexto das transformações”.

Os impactos na estrutura de entretenimentos foram claros, de um lado beneficiada pela abolição de certas amarras coloniais e pela nova movimentação social,³⁷ de outro pressionada pela maior vigilância. Já, em 1808, o intendente geral de polícia da Corte, Paulo Fernandes Viana (LEMOS, 2012), expediu edital proibindo que ficassem abertos, depois das 22 horas, botequins, casas de jogos e vendas, estabelecendo multas para frequentadores e donos desses estabelecimentos.³⁸ O intuito era explícito: a fim de prevenir delitos, evitar o ajuntamento de “ociosos”, inclusive escravos.

A norma atingiu uma das principais alternativas de diversão dos populares, “os lugares mais comuns onde se reuniam os indivíduos das classes mais baixas, os escravos e libertos” (ALGRANTI, 2011, p. 31). As iniciativas de controle também tocavam nos estabelecimentos de jogo da bola, que não eram exatamente considerados espaços de jogos de azar –uma grande preocupação na época,³⁹ mas tinham apostas e venda de bebidas.

É possível que o jogo da bola estivesse nos limites do que Barra (2006, p. 117) considera como sociabilidade da Corte e sociabilidade da Cidade, a primeira experienciada pelos mais privilegiados economicamente, a segunda pelo grande conjunto da população. O autor observa que, a despeito das diferenças, “as duas cidades não tinham fronteiras físicas. Sobrepunham-se, tocavam-se e interpenetravam-se”. Mesmo que a modalidade fosse considerada suspeita, motivo de iniciativas de controle, manteve-se ativa durante muitos anos.

De toda forma, entre os anos 1820 e 1840, perdeu seu protagonismo anterior, mantendo-se relacionada a espaços populares, como a casa localizada na Rua do Conde, “com um botequim, jogo da bola, chinquilho⁴⁰ e laranjinha”.⁴¹ Várias podem ser as razões para a queda de sua visibilidade social, entre as quais desdobramentos das iniciativas de restrição de jogos com apostas (SOUZA, 2010), bem como a redução generalizada das atividades públicas de entretenimento no imediato pós-independência (MELO; PERES, 2014).

Somente nos anos 1850, a prática recrudesceria na cidade, já com diferenças significativas.

Novas conformações do jogo da bola

Se, desde o século XVIII, vinha se estruturando um mercado ao redor dos entretenimentos na cidade do Rio de Janeiro, a partir dos anos 1850 isso se tornou mais notável (MELO, 2015), um desdobramento do conjunto de mudanças na economia (um incremento do comércio e do setor financeiro, bem como o delineamento de um surto industrial), na política (maior estabilidade e estruturação da burocracia estatal), na cultura (maior vínculo com o continente europeu). Progressivamente, ampliaram-se as alternativas de diversão (MARZANO; MELO, 2010; MELO; SCHWAN, 2015). O jogo da bola se reconfigurou nesse cenário.

De início, vemos a modalidade se apresentar no mesmo modelo anterior. Um leitor solicitou, em agosto de 1850, que o subdelegado da Freguesia de Santa Rita “faça fechar às horas nela marcadas uma casa que tem jogo da bola no Beco do Cotovelo,⁴² e uma outra de bebidas ao pé do embarque das barcas, bem como todas aquelas que costumam reunir marujos, tanto estrangeiros quanto nacionais”.⁴³ Outro leitor sugeriu que não é “nada honroso”⁴⁴ um Jogo da Bola localizado na rua do Conde.

Em meados dos anos 1850, todavia, a prática passou a integrar a programação de dois complexos de entretenimentos que se estruturaram, estabelecimentos que ofereciam múltiplas atrações: jogos, atividades físicas e manifestações artísticas, bem como bebida, alimentação e certo conforto para passar o tempo (como jardins). Um deles foi o Tivoli.

O empreendimento foi criado junto com o Conservatório de Dança e Música, em 1846, no Campo da Aclamação (atual Campo de Santana), local que se tornou um dos principais espaços de lazer do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, parte de uma zona da cidade na qual se instalaram arenas de touradas, clubes sociais, teatros, agremiações ginásticas e esportivas, circos, bares e restaurantes, sociedades dançantes.⁴⁵

O Conservatório era, eminentemente, um espaço para ensino, que tinha como professores alguns personagens conhecidos nos teatros da cidade, entre os quais Francisco York (o proprietário do estabelecimento) e José De-Vecchy – mestres de dança, e Francisco Motta, José Joaquim dos Reis, Lino José Nunes e Alexandre Magallar – mestres de música.⁴⁶

Além de uma boa estrutura para as aulas,⁴⁷ o estabelecimento se encontrava dentro de um parque arborizado e iluminado onde também eram oferecidos jogos diversos, um bar de bebidas e comidas e um coreto destinado a exibições de músicos e dançarinos, alguns dos quais os próprios alunos do Conservatório. Esse espaço era chamado de Tivoli.

Em 17 de abril de 1846, ao pedir licença para abrir o empreendimento, Francisco York asseverou que seriam proibidos

não só jogos de cartas, como outros quaisquer de parada a dinheiro, sendo os que se hão de executar no Tivoli, os seguintes = Desparamento de Flecha, Tiro de Pistola, Dominó, Xadrez, Damas, Galé, Tonô, Pato de Chumbo, Carros Aéreos, Malha, Bola Alemã, dita Italiana, dita Espanhola, dita Russa e Jogos Chineses.⁴⁸

O intuito era atrair gente dos mais diversos estratos sociais, sendo o preço da entrada o comum à maior parte de entretenimentos da época, 1\$000 (MELO; PERES, 2014). Ainda assim, não se oferecia o jogo da bola de pau, provavelmente por sua relação com as apostas.

Em 1848, por conta do valor do aluguel, houve um conflito entre os proprietários do estabelecimento e a dona do terreno, Sra. Moraes da Rocha.⁴⁹ Em decorrência, houve mudanças no local, tendo se instalado, em 1849, uma nova casa, a Paraíso, e uma agremiação dançante, a Sociedade Recreação Campestre. O nome Tivoli, contudo, seguiu sendo lembrado e usado como referência. A propósito, o perfil do empreendimento não mudou substancialmente, a não ser pela maior oferta de bailes.

Em outubro de 1854, o antigo nome é retomado, sendo o estabelecimento dirigido pela Sociedade Empreendedora. O novo Tivoli seguiu sendo um estabelecimento de amplo acesso, com ingressos acessíveis (320 reis para homens, 160 para mulheres e gratuito para crianças até 10 anos) e com perfil denotado de parque de diversões.⁵⁰ Um aspecto notável foi a maior preocupação em atrair o “sexo amável, que tão decidido gosto tem mostrado por esse honesto recreio (ao qual, com a sua presença, tem-se dignado de prestar valiosa proteção”.⁵¹ A ideia que se desejava passar era a de ser um espaço civilizado, ainda que popular.

Já no primeiro mês de funcionamento, anunciou-se que “além dos divertimentos já conhecidos haverá mais o tiro da pistola e o jogo da bola, para os amantes desse útil e agradável exercício”.⁵² Não era a primeira vez que a modalidade era dessa forma apresentada. Em 1838, numa matéria sobre a ginástica, publicada no Museu Universal, revista cujo intuito era contribuir para a difusão de conhecimentos úteis para a sociedade, a prática foi considerada um benefício “à saúde e robustez, avigorando e tornando ágil o corpo por mil modos”.⁵³

Todavia, até então, esse tipo de vinculação era pouco usual, ainda mais se tratando de uma iniciativa ligada ao campo do entretenimento. Sugerimos que a adoção de tal discurso atendeu a duas ocorrências: a tentativa de descaracterizar a modalidade como jogo

de azar; o intento de sintonizá-la com as preocupações de higiene e saúde que, algumas décadas depois, marcaria definitivamente uma nova compreensão sobre a prática de atividades físicas. Vejamos como foi apresentada em outra ocasião:

A Diretoria do Tivoli, conhecendo o quanto é útil para a saúde o exercício do Jogo da Bola, e do Chinquilho, recomendados com especialidade entre todos os jogos ginásticos pelos mais abalizados autores que tem escrito sobre o importante assunto de higiene pública, e penhorada, além disso, a mesma diretoria, pelo benigno acolhimento que o Tivoli tem tido a ventura de merecer do ilustrado público desta cidade, resolveu pôr estes dois jogos grátis, para mais comodidade dos amadores de tão saudável exercício.⁵⁴

Devemos ter em conta que, desde o final do século XVIII, já vinham se sistematizando preocupações com a saúde e higiene (CAVALCANTI, 2004), ainda embrionárias se considerarmos a ênfase dada aos temas em meados do século XIX (SAMPAIO, 2001; CHALHOUB, 2003). Isso ajuda a entender o novo enfoque e enquadramento do jogo da bola. No novo cenário, valorizavam-se as diversões que fossem consideradas úteis – mesmo que isso, por vezes, não passasse dos discursos. Ajustado a essa compreensão, a modalidade tornou-se uma atração importante no Tivoli, a ponto de ser oferecida gratuitamente⁵⁵ e sem a realização das apostas.

Outro empreendimento no qual o jogo da bola se tornou praticado com novas intencionalidades foi a Imperial Fábrica de Cerveja Nacional de Alexandre Maia, localizada na Rua de Matacavalos, atual do Riachuelo. Se nas décadas de 1830 e 1840, foram abertos os primeiros desses estabelecimentos da cidade, a partir dos anos 1850 ganharam uma nova conformação, tornando-se espaços múltiplos de entretenimento.

Em 1856, a fábrica de cerveja de Maia já era reconhecida como “um aprazível passeio, mais uma distração em um país onde são tão escassos e dispendiosos os divertimentos”.⁵⁶ Ao se apresentar no Almanak Laemmert de 1857, o estabelecimento reforçou essa ideia, destacando que oferecia ao público uma “multiplicidade de jogos, como sejam os de bola, bagatela etc.”.⁵⁷

Em 1859, tornou-se seu proprietário Antônio José Gomes Pereira Bastos, que promoveu reformas e a reinaugurou no ano seguinte. Entre as mudanças, construiu um “longo salão, onde se acham montados dois jogos de bola, os mais perfeitos que hoje existem nesta capital”,⁵⁸ nos quais foram organizados torneios: “O proprietário desse estabelecimento participa a todos os seus fregueses e amadores do jogo da bola que hoje, 17 do corrente, haverá jogos de prêmios, sendo o primeiro um excelente relógio”.⁵⁹ Ainda que houvesse diferenças com o que era oferecido no Tivoli, também não havia apostas.

No caso da fábrica de cerveja, não conseguimos identificar uma relação tão explícita do jogo da bola com a prática de atividades físicas com fins higiênicos. De toda forma, esse era um sentido que permeava várias atrações que se ofereciam no estabelecimento, como os exercícios ginásticos e de equitação. Na verdade, tratava-se de uma perspectiva civilizatória que inspirava o seu funcionamento: dedicar algum tempo para o gozo com a

família e amigos, em público, tendo em conta cuidar (ao menos não descuidar) da saúde.

A despeito dessas iniciativas, persistiram em alguns espaços as antigas formas de praticar o jogo da bola. A propósito, a última notícia que encontramos da modalidade a tratava de forma pejorativa em função de seu caráter popular e da existência de apostas. Para o cronista, “um maldito jogo de bola que existe em algumas tabernas, tem sido origem de muitas desordens e ferimentos”.⁶⁰

Nos anos 1860, reduziu-se o interesse pela modalidade. Contribuíram para tal, as iniciativas de controle dos jogos de azar. Devemos lembrar que, no Código Municipal de Posturas de 1854, no título oitavo, que versava “Sobre bilhares, entrudo e jogo, a respeito de teatros, moeda de cobre, e marcos nas obras de ouro e prata”, o parágrafo 3º determinava que:

Todas as pessoas que forem encontradas nas ruas, praças e mais lugares públicos, bem como em vendas, barracas, corredores de casas e torres de igreja a jogar qualquer espécie de jogo, serão multados em 433:000 rs., e sofrerão 8 dias de prisão, e o duplo nas reincidências (p. 69).⁶¹

Essa é uma explicação possível para a queda de popularidade, todavia há outras que devem ser consideradas e que dizem respeito às atividades de entretenimento em geral: a diversificação de alternativas dividiu o público e levou ao fim de algumas iniciativas; as dificuldades econômicas pelas quais passou a cidade nos anos 1860, reduziu a procura por diversões; contribuiu para tal mais duas ocorrências, a Guerra do Paraguai e epidemias de doenças diversas (MELO, 2015).

No Rio de Janeiro, os divertimentos voltaram a recrudescer nos anos 1870, mas o jogo da bola, pelo menos no modelo importado dos portugueses, não mais voltaria a se difundir como antes.

Um novo jogo da bola (à guisa de conclusão)

Em 26 de agosto de 1890, Guilherme Tom Kinson y Alvear solicitou autorização para implantar duas novas diversões “muito procuradas e exploradas na Europa e na América”, a montanha russa e o jogo da bola. O requerente fez questão de alertar que eram “completamente inocentes e reúnem as condições higiênicas necessárias para ser aceita pela população desta adiantada capital”.⁶²

No que tange à modalidade que nos interessa, explicitava que se tratava de construir “um paredão fechado por um extenso pavilhão para que os espectadores assistam, de camarotes, à luta entre as partidas que disputam o jogo da bola”. Esperava ter seu pedido aprovado por julgar que a Intendência Municipal estava atenta à “ordem de melhoramentos quer no que concerne à salubridade pública, quer no que concerne ao encantamento social”.

A iniciativa não foi à frente. De toda forma, depois de anos de ausência, ressurgia o jogo de bola na cidade. Tratava-se, contudo, de uma nova modalidade, cuja especificação fica clara em outra petição, de janeiro de 1891, em que Antônio Irisarri solicitou licença para “organizar, nessa Capital, o Jogo da Bola (juego de pelota) tal qual existe nas províncias do norte da Espanha e nas Repúblicas do Prata”.⁶³

Tratava-se da pelota basca, uma das mais conhecidas práticas com bolas originárias do país da Península Ibérica. Irissari, como Alvear, já atento à valorização de certas condutas e à existência de restrições aos jogos de azar, fez questão de observar que “esse divertimento, por meio dos espetáculos públicos, generaliza-se, prontamente, no seio de todas as classes sociais, contribuindo, poderosamente, para o desenvolvimento das forças físicas e sendo, ao mesmo tempo, um excelente exercício higiênico”.

A Inspeção de Higiene pareceu concordar com o peticionário, indicando a aprovação do pedido “por julgar útil e necessária a introdução e generalização de diversões públicas que aliam condições de puro divertimento ao desenvolvimento físico, tão necessário ao clima peculiar desta cidade”.⁶⁴

Em maio de 1891, com termos bem semelhantes (desenvolvimento do gosto por exercícios físicos), Roque Perez e Angel Ramirez deram também entrada num pedido de autorização para estabelecer, na Praça da República (novo nome do Campo de Santana), o jogo da pelota “de acordo com o desenho apresentado e as regras que o regulam, sendo também indispensável à necessária licença para emitirem poules, como incentivo, à sementeira do que se usa nas corridas de cavalos”.⁶⁵

Vejamos que era distinto o perfil dessa iniciativa, articulando-se discursos de preocupação com a higiene e saúde com a realização de apostas, que estavam a ser contestadas por alguns setores, consideradas razão de vários males, fontes de comportamentos indignos para uma sociedade que deveria definitivamente aspirar à civilização.

A disposição de instituir apostas complexificou o processo de concessão de licença para o estabelecimento. Além disso, desencadeou-se um conflito entre os solicitantes. Em junho de 1891, Antonio Irissari pediu exclusividade no negócio, prevendo que a construção de seu empreendimento (já denominado Frontão Fluminense) duraria mais do que o previsto, sob o argumento de que “este edifício de um modo elegante servirá de adorno a esta capital”.⁶⁶

Frente à existência de duas solicitações, houve um grande debate no âmbito governamental. A esses conflitos que se arrastaram por meses, adendou-se mais um, uma oposição do chefe de polícia, Bernardino Ferreira da Silva. Para ele, somente se poderia conceder a “licença para o jogo das quinielas sem poules, porque estas, no caso, são proibidas pelos Artigos 369 e 370 do Código Penal, entre si combinados”.⁶⁷

Ao fim, depois de um arranjo em que tomaram parte alguns investidores brasileiros, entre os quais Luiz Eugenio de Lemos e Carlos Vianna Bandeira, em agosto de 1891, inau-

gurou-se, em uma propriedade situada no Campo de Santana, o primeiro estabelecimento a oferecer os jogos de pelotas no Rio de Janeiro, o Frontão Fluminense.

FIGURA 2



Fonte: Disponível em <http://gernikajai.alai.blogspot.com.br/2012/11/ciudades-olimpicas-y-jai-alai-rio-de.html>

Assim comentou a inauguração o Diário de Notícias: “São muito curiosas as funções dadas nessa nova casa de espetáculo, que oferece um gênero de diversão pouco conhecido no Rio de Janeiro, mas cheio de interesse e de encanto”.⁶⁸ A notícia dava conta de que a prática estaria ajustada a certas noções valorizadas na sociedade fluminense do fim do século XIX: “Os jogos dos bascos, exercícios de força e agilidade, são ali executados com admirável perícia”.

O estabelecimento logo atraiu grande público. Entretanto, a despeito dos repetidos discursos de seus dirigentes de que se tratava de um local dedicado à saúde e higiene, o Frontão tornou-se mais conhecido pelas apostas e pelos constantes “tribofes”, tumultos ocasionados por problemas com os resultados. Esse perfil chegou a ser consagrado por Arthur Azevedo em uma de suas peças de revista, O Tribofe, de 1892 (MELO; KNIJNIK, 2015).

Tribofe:

Tantos, quinielas e pelotares!
Temos um vocabulário novo!

Frivolina:
Entre os joguinhos mais populares,
Nenhum agrada tanto ao Zé Povo!

Ambos:
No entanto, é bom
Muita cautela
Ter no jogar,
Pois no Fronton
Ganha a quiniela
Que quer ganhar!

Os problemas foram de tal ordem que, em muitas ocasiões, o Frontão tornou-se caso de polícia. Em função disso, muitas foram as iniciativas legais destinadas a controlar o jogo da pelota. As polêmicas foram uma constante na trajetória da modalidade.

Foge de nosso objetivo discutir mais profundamente o jogo da pelota. Apenas nos detivemos no tema, por ser uma boa expressão do percurso do jogo da bola na cidade, da sua articulação com as mudanças nos padrões de sociabilidade e diversão que houve, no Rio de Janeiro, no decorrer do tempo.

A popularidade da prática, nas décadas finais do século XVIII, é uma expressão do novo dinamismo social, da mesma forma que as restrições que sobre ela penderam e se tornaram mais notáveis nos primeiros anos do século XIX têm a ver com a emergência de novas pressões no cenário urbano. Sua reconfiguração, nos anos 1850, também se deu em consonância com o que se tornou mais valorizado nos discursos. Sua extinção e o surgimento de outra modalidade sintetizam as tensões existentes nessa trajetória.

O início, transformação e fim do jogo da bola de pau, a modalidade que veio com os portugueses, nos diz, portanto, algo sobre o Rio de Janeiro. A sua referência no nome de uma rua é mais do que um mero registro de curiosidade, mais do que uma lembrança de um passado remoto. É, sim, o indicio de um importante processo histórico.

Referências

ALGRANTI, L. M. Tabernas e botequins: cotidiano e sociabilidades no Rio de Janeiro (1808-1821). *Acervo*, Rio de Janeiro, v.24, n.2, p. 25-42, 2011.

AVELAR, Lucas Endrigo Brunozi. *A moderação em excesso: estudo sobre a história das bebidas na sociedade colonial*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *Entre a Corte e a cidade: o Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade

Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BICALHO, M. F. A cidade do Rio de Janeiro e o sonho de uma capital americana: da visão de D. Luís da Cunha à sede do vice-reinado (1736-1763). *História*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 37-55, 2011.

CASCUDO, L. C. *Coisas que o povo diz*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1968.

CAVALCANTI, N. *O Rio de Janeiro setecentista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHALHOUB, S. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Unicamp, 2003.

DIAS, C. A. *Epopeia em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1779-1838)*. Goiânia: UFG, 2013.

DINIZ, F. *História de Portugal: desde os tempos mais remotos até à actualidade*. Lisboa: Escritório da Empresa, 187?.

FALCON, F. J. C. Antigos e novos estudos sobre a "Época Pombalina. In: FALCON, F. J. C.; RODRIGUES, C. (orgs.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora/Faperj, 2015. p. 7-24.

FAZENDA, J. V. Antiquilhas e memória do Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, tomo 86, v.140, p. 9-392, 1921a.

FAZENDA, J. V. *Antiquilhas e memória do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921b.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GONÇALVES, A. R. *Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro: terras e fatos*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2004.

GOUVÊA, M. de F. S. *O Senado da Câmara e a transferência da família real portuguesa para o Brasil: perspectivas de estudos e um índice temático de fontes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1786-1822*. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

KANTOR, I. Festas públicas e processo colonizador: as festas de comemoração da conquista do Tibagi na segunda metade do século XVIII. *Politeia: História e Sociedade*,

Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 165-177, 2008.

LEMOS, Nathalia Gama. *Um Império nos trópicos: A atuação do Intendente Geral de Polícia*, Paulo Fernandes Viana, no Império Luso-Brasileiro (1808-1821). 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Niterói, 2012.

MACEDO, J. M. de. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Brasília: Senado Federal, 2005.

MAGALHÃES, A. M.; ALÇADA, I.; FERNANDES, P. J. *As invasões francesas e a Corte no Brasil*. Lisboa: Caminho, 2011.

MARZANO, A.; MELO, V. A. de. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830 - 1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MELO, V. A. de. Entre a elite e o povo: o sport no Rio de Janeiro do século XIX (1851-1857). *Tempo*, Niterói, In press, 2015.

MELO, V. A. de; KNIJNIK, J. Uma nova e moderna sociedade? O esporte no teatro de Arthur Azevedo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Porto Alegre, v.37, n.1, p. 11-19, 2015.

MELO, V. A. de; PERES, F. de F. *Gymnastica no tempo do Império*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

MELO, V. A. de; SCHWAN, T. P. *Bebida, comida diversão e arte: as fábricas de cerveja no Rio de Janeiro do século XIX (1856-1884)*. Rio de Janeiro: PPGHC, 2015.

MORAES FILHO, M. *Archivo do Districto Federal. Revista de Documentos para a História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1895. v. 2. Disponível em: <<https://archive.org/stream/archivododistri00bragoog#page/n323/mode/2up/search/jogo>>. Acesso em: 26 set. 2015.

PRIORE, M. D. *Festas e utopias no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

PRIORE, M. D. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

PRIORE, M. D. Em casa, fazendo graça: domesticidade, família e lazer entre a Colônia e o Império. In: MARZANO, A.; MELO, V. A. de. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830 - 1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.17-48.

RIBEIRO, J. A. O jogo da bola. *Xarabanda, Funchal*, n. especial, p. 26-28, 1993.

RIOS FILHO, A. M. de los. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

SAMPAIO, A. C. J. de. A economia do império português no período pombalino. In: FALCON, F. J. C.; RODRIGUES, C. (orgs.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora/Faperj, 2015. p. 31-58.

SAMPAIO, G. dos R. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Unicamp, 2001.

SANTOS, B. C. C. Festa do Corpo de Deus, oficiais mecânicos e estatutos de pureza de sangue no Rio de Janeiro setecentista. In: FALCON, F. J. C.; RODRIGUES, C. (orgs.). *A "Época Pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV Editora/Faperj, 2015. p. 245-76.

SANTOS, L. G. dos. *Memórias para servir a história do reino do Brasil: divididas em três épocas da felicidade, honra, e glória, escritas na Corte do Rio de Janeiro no ano de 1821, e oferecidas à S. Majestade El Rey Nosso Senhor D. João VI*. Lisboa: Imprensa Regia, 1825.

SCHWARCZ, L. M. Cultura. In: SILVA, A. da C. (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)*. Crise colonial e independência (1808-1830). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. p. 205-248.

SEGAWA, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

SERRA, C.; VEIGA, P. *A pelota: contributo para sua recuperação*. Guarda: Associação de Jogos Tradicionais da Guarda, 1986.

SILVA, A. da C. População e sociedade. In: SILVA, A. da C. (coord.). *História do Brasil Nação (1808-2010)*. Crise colonial e independência (1808-1830). Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. p.35-74.

SOUZA, J. T. Os jogos proibidos no tempo do Império. In: MARZANO, A.; MELO, V. A. de. *Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830 - 1930)*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.153-178.

Notas

1 Versão disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000057.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2015.

2 Versão disponível em: <http://www.academia.edu/5482005/RASGA_CORA%C3%87%C3%83O_ODUVALDO_

VIANA_FILHO>. Acesso em: 6 out. 2015.

3 No Rio de Janeiro, houve outros jogos de bolas menos difundidos, como o laranjinha, também vindo de Portugal, disputado só com pelotas, mais similar à bocha.

4 Ver: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1230.htm>>. Acesso em: 6 out. 2015.

5 Nos dias de hoje, há iniciativas de resgate da modalidade. Uma demonstração contemporânea do que provavelmente era o jogo pode ser vista em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O7TsnShj4Yc>> e em <<https://www.youtube.com/watch?v=regMKd0YqTo>>. Acesso em: 26 set. 2015.

6 Cavalcanti (2004) informa inclusive nomes de personagens que já atuavam como empresários ligados ao âmbito cultural, um indício de que já se gestava um mercado de entretenimentos: Boaventura Dias Lopes, Luiz Antônio Gonzaga, Manoel Luiz Ferreira, Luís Dias de Souza, Luís Marques Fernandes.

7 O terreno não era pequeno, tendo chegado a servir de cavalaria para um regimento instalado no Rossio (SANTOS, 1825).

8 Arquivo Nacional. Fundo Secretaria de Estado do Brasil. *Correspondência da Corte com o Vice-Reinado*. Código 67, volume 12, código 86. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2315&sid=169>>. Acesso em: 26 set. 2015.

9 Arquivo Nacional. 2º Ofício de Notas, *livro 85*, p. ?. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=17710>>. Acesso em: 3 out. 2015.

10 Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas, *livro 143*, p. ?. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=8840>>. Acesso em: 3 out. 2015.

11 Arquivo Nacional. 4º Ofício de Notas, *livro 97*, p. 21v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=9152>>. Acesso em: 3 out. 2015.

12 Arquivo Nacional. 2º Ofício de Notas, *livro 125*, p. 2v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=10556>>. Acesso em: 3 out. 2015.

13 Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas, *livro 171*, p. 51v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=769>>. Acesso em: 3 out. 2015.

14 Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas, *livro 196*, p. 32. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=13223>>. Acesso em: 3 out. 2015.

15 Arquivo Nacional. 4º Ofício de Notas, *livro 119*, p. 98. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=12628>>. Acesso em: 3 out. 2015.

16 Trata-se do Jogo da Bola que fora de Bento Esteves. Para mais informações sobre como esses personagens adquiriram a propriedade, ver: Arquivo Nacional. 3º Ofício de Notas, *livro 162*, p. 13v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=12982>>. Acesso em: 3 out. 2015.

17 Arquivo Nacional. 3º Ofício de Notas, *livro 162*, p. 13v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=12982>>. Acesso em: 3 out. 2015.

18 Almanaque da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1792 e 1794. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 266, p. 159-290, jan.-mar. 1965.

19 Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1799. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo 21, p. 5-217, 1858.

20 Almanaque da Cidade do Rio de Janeiro para o ano de 1811. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 282, p. 97-236, jan.-mar. 1969.

21 *CORREIO DA TARDE*, 29 nov. 1859, p. 2. Em algumas ocasiões, a Rua do Hospício chegou a ser chamada de Rua do Jogo da Bola.

22 Arquivo Nacional. 4º Ofício de Notas, *livro 58*, p. 134v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=17294>>. Acesso em: 3 out. 2015.

23 Posteriormente, em meados do século XIX, o logradouro mudou de nome para Travessa de Santa Rita (atual Rua Alcântara Machado).

24 2LTMSBRJ, pp. 257-259; CAMSBRJ, pp. 147*-148*. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=9428>>. Acesso em: 3 out. 2015.

25 Alguns anos depois, pelo mesmo motivo de não pagamento de foros, o estabelecimento voltou aos antigos donos. Em 1810, foi definitivamente repassado a Manoel Rodrigues de Araújo Bastos.

26 Arquivo Nacional. 2º Ofício de Notas, *livro 125*, p. 226v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=10642>>. Acesso em: 3 out. 2015.

27 Provavelmente, se localizava nas redondezas da Lagoa do Boqueirão, depois aterrada para dar lugar ao Passeio Público.

- 28 Arquivo Nacional. AP - 0406. *Livro de testamentos e óbitos da Freguesia da Sé (1736-1740)*. Disponível em: <<https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1-14178-19964-41?cc=1719212&wc=M6ZT-6TP:131775101,139024701,142189101>>. Acesso em: 27 set. 2015.
- 29 Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas, *livro 53*, p. 141. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=5963>>. Acesso em: 3 out. 2015.
- 30 Arquivo Nacional. 4º Ofício de Notas, *Mss. 12,3,14*, p. 174. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=2066>>. Acesso em: 3 out. 2015.
- 31 Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas, *livro 69*, p. 50. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=6859>>. Acesso em: 3 out. 2015.
- 32 Arquivo Nacional. 1º Ofício de Notas, *livro 80*, p. 130. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=7424>>. Acesso em: 3 out. 2015.
- 33 Arquivo Nacional. 2º Ofício de Notas, *livro 33*, p. 63v. Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/escrituras/view.php?id=8441>>. Acesso em: 3 out. 2015.
- 34 Não mais existe essa rua e igreja, tragadas na construção da Avenida Presidente Vargas.
- 35 *Guia e Plano da cidade do Rio de Janeiro*, publicado por A. M. Mc. Kinney Roberto Leeder, 1858, disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart309960/cart309960.jpg
- 36 Não conseguimos mais informações, mas alguns autores, entre os quais Joaquim Manuel Macedo, sugerem que havia um Jogo de Bola na Rua de Bragança, atual Conselheiro Saraiva.
- 37 Vale observar que as festas públicas ganharam um grande protagonismo (GOUVÊA, 2012).
- 38 Arquivo Nacional. *Registro de avisos, portarias, ordens e ofícios à Polícia da Corte, editais, provimentos, etc.* Códice 318. Fundo Polícia da Corte. Folha(s): 11v. Disponível em: <<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=846&sid=103>>. Acesso em: 28 set. 2015.
- 39 Vale observar que a proibição de jogos foi incluída na Lei de 16 de dezembro de 1830, primeiro código criminal de Império do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 28 set. 2015. Como vimos, anteriormente, nas Ordenações Filipinas havia restrições a certas modalidades com cartas e dados.
- 40 Trata-se do mais conhecido como jogo da malha, no qual se atira um disco objetivando derrubar ou chegar o mais próximo possível de um pino que se coloca ao fim de uma pista de terra ou madeira.
- 41 *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 9 out. 1830, p. 4.
- 42 Localizado na borda do Morro do Castelo.
- 43 *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 2 ago. 1850, p. 2.
- 44 *CORREIO MERCANTIL*, 24 nov. 1851, p. 2.
- 45 Essas iniciativas estavam concentradas na região do Campo de Santana, Praça Tiradentes, Rua do Lavradio e Rua do Riachuelo.
- 46 *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 25 ago. 1846, p. 4.
- 47 Salas para classes, descanso e apoio; gabinetes para professores; banheiro e vestiário (*Diário do Rio de Janeiro*, 23 mai. 1846, p. 4).
- 48 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Notação: 42.3.13. Descrição: Diversões públicas: pedidos de licenças para circos de cavaleiros de pau, circos equestres, músicas ambulantes, touradas, barraquinhas, exposições, danças (bailes públicos), etc. 1º Volume. Datas-limites: 1832-1869. p. 73.
- 49 *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*, 30 mar. 1848, p. 4.
- 50 Em algumas ocasiões, chegou-se a sugerir que mais de 1000 pessoas passaram pelo estabelecimento em um só dia (ver *O Globo*, 11 set. 1855, p. 2).
- 51 *O GLOBO*, 27 out. 1854, p. 4.
- 52 *O GLOBO*, 20 out. 1854, p. 4.
- 53 *MUSEU UNIVERSAL*, n. 43, 28 abr. 1838.
- 54 *O GLOBO*, 10 ago. 1855, p. 4.
- 55 Além de pagar a entrada, os interessados tinham que comprar bilhetes para cada atração.
- 56 *CORREIO MERCANTIL*, 1 jun. 1856, p. 2.
- 57 *ALMANAK LAEMMERT*, 1857, p. 96.
- 58 *CORREIO MERCANTIL*, 9 mai. 1861, p. 3.
- 59 *CORREIO MERCANTIL*, 16 e 17 ago. 1861, p. 3.
- 60 *CRENÇA*, 22 nov. 1863, p. 4.
- 61 *Código de posturas da Ilustríssima Câmara Municipal*. Rio de Janeiro: Tipografia Dois de Dezembro, 1854.

- 62 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. *Notação*: 42. 3. 29. Descrição: Diversões públicas: montanhas russas e "jogos da bola" na Lapa. Papéis sobre este assunto e ofício do Engo. Araújo Gondim propondo a demolição das armações e barracas. Datas-limites: 1890-1893. Folha 1.
- 63 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 42.3.31. Descrição: Diversões públicas: jogo da bola, jogos atléticos, frontão fluminense, divertimento denominado labirinto (em São Cristóvão), Cosmorama na Rua do Ouvidor, câmara escura portátil, belódromos nacionais e parecer do advogado Visconde de Ouro Preto. Rua Visconde do Rio Branco, s/n. Datas-limites: 1891-1899. Folha 1.
- 64 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 42.3.31. Folha 2.
- 65 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 42.3.31. Folha 4.
- 66 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 42.3.31. Folha 9.
- 67 Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. 42.3.31. Folha 27.
- 68 *DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 2 set. 1891, p. 3.

Victor Andrade de Melo. Professor Doutor – Programa de Pós-Graduação em História Comparada – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Largo de São Francisco de Paula n. 1, sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil – CEP 20051-070. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento do CNPq e da Faperj.

Recebido em 08/10/2015

Aprovado em 11/02/2016